

CELESC afronta direitos empregados se mobilizam

Vários pontos colocados na pauta da Assembleia da CELESC do dia 30 referiam-se a questões já encaminhadas, ou que os empregados devem encaminhar, para a Justiça do Trabalho. O desconto da URP de novembro e o pagamento da URP de fevereiro, por exemplo, fazem parte de uma mesma ação que aguarda decisão judicial.

Direitos

Quanto ao aumento por mérito, quem puder comprovar que merecia e não recebeu deve procurar o Sindicato para entrar com ação na Justiça. Os empregados que não receberam gratificação de férias (diferente da gratificação institucional) no mês em que venceram as férias, como prevê o acordo coletivo, devem dirigir-se ao sindicato para encaminhar ação. Assim também devem agir os empregados admitidos recentemente que não receberam a gratificação de acordo.



O presidente da CELESC nega direitos como a gratificação de acordo e todas as demais vantagens que constam no Acordo Coletivo para todos os empregados contratados da Empresa. Mas esta é uma norma que dependendo dos interesses, ou do grau de parentesco, pode ser desobedecida. É o que aconteceu no caso do seu cunhado, Helmut Miers. No seu contracheque cons-

tam gratificação de acordo e anuênio, vantagens que são negadas para os que, como ele, são contratados.

Sobre a produtividade 84, o quadro é o seguinte: Florianópolis aguarda decisão do Juiz da Junta de Conciliação e Julgamento. Mesmo que a decisão seja favorável o caso ainda não está encerrado pois a Empresa pode impetrar recurso. Em Mafra a decisão foi favorável e não cabe mais qualquer recurso. Os cálculos estão sendo realizados para efetuar o pagamento. Em Concórdia a decisão também foi favorável aos empregados, tendo o Juiz definido o pagamento dobrado, mas a empresa ainda pode recorrer.

Garantidos

Conforme decisão do Juiz no dissídio, os empregados possuem garantia no emprego por dois anos. Como não houve até agora nenhuma decisão do Tribunal Superior do Trabalho que suspendesse essa garantia ela continua valendo. Mas a CELESC pre-

fere não cumprir a lei e gastar altas somas com as frequentes reintegrações.

O sindicato ainda vai encaminhar ação referente à produtividade 88, pois a Empresa está pagando 4%, dos 10% acordados.

Necessário

Só resta ao Sindicato recorrer na Justiça. Mas todos sabem que as decisões nos Tribunais são lentas. Esse efeito tartaruga se alia perfeitamente à obsessão da Empresa em não cumprir o determinado pela Justiça. Tanto o descumprimento quanto a lentidão do Judiciário só podem ser combatidos com a pressão dos celesquianos.

Agora quem vai decidir é a categoria. Uma parte da decisão já foi dada na Assembleia quando os celesquianos deflagraram a Campanha de Mobilização. Ela pretende reverter o quadro de afronta aos direitos dos empregados. Banners e adesivos devem em breve botar a campanha na rua.

Falta por greve é justificada

A ELETROSUL está orientando os seus empregados que participaram da Greve Geral a marcarem nos seus cartões-ponto *falta justificada* nos dias 14 e 15. Diante disso, o Sindicato esclarece e orienta a categoria no seguinte sentido: conforme a Constituição Federal (Art. 9º) todos os trabalhadores têm direito de fazer greve; desta forma as faltas ocorridas durante um movimento grevista são *faltas justificadas*. Por isso escreva no cartão: falta justificada conforme o Artigo 9º da Constituição Federal. Caso haja algum problema procure o Sindicato.

ELETROSUL:

Tubarão ganha produtividade 83

Foi julgada em Tubarão ação referente a Produtividade de 1983 dos empregados da ELETROSUL. Pela sentença, os empregados da empresa naquela cidade deverão receber uma produtividade de 2%, retroativo a 1983. A pedido do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis, o advogado da Federação dos Urbanitários já entrou com Embargos Declaratórios pedindo que a sentença surta efeito a todos os empregados da ELETROSUL.

Esclarecimento Necessário

O Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis esclarece que o conteúdo da matéria veiculada no *Jornal da Celesc nº 01* sob o título "Com a palavra o Sindicato" não corresponde à opinião desta entidade, nem mesmo da Intersindical; trata-se, portanto, da opinião pessoal do entrevistado.

A diretoria

ELETROSUL quer negar direito dos empregados

No final da tarde de sexta-feira a ELETROSUL entrou com um Mandado de Segurança contra a decisão do Juiz Synésio Restes Sobrinho que determina o pagamento da URP de fevereiro aos empregados da ELETROSUL. A atitude da diretoria da empresa, embora legal, revela o total descompromisso com as condições de vida daqueles que realmente fazem a Empresa e alienta a intenção deprimir os seus direitos. Esta foi a primeira vez que a ELETROSUL utilizou o instrumento do Mandado de Segurança para buscar a supressão de direitos trabalhistas. O

processo será julgado pelo Juiz Coelho Netto, que é Juiz Classista representante dos empregados no Tribunal Regional do Trabalho. CELESC

O processo que reivindica a URP de fevereiro para os empregados da CELESC, que foi ajuizado dez dias antes do que o da ELETROSUL, ainda aguarda julgamento na 2ª Junta de Conciliação e Julgamento. O Departamento Jurídico do Sindicato está atento e, tão logo obtenha informações sobre o andamento do processo, informará a categoria.



Tartaruga ou Águia

Sérgio Luiz Trainotti
Funcionário da CELESC e dirigente sindical

Um famoso filósofo alemão, Frederico Nietzsche, fez uma crítica à cultura ocidental, dizendo que ela educa o homem para desenvolver o instinto de tartaruga. A tartaruga é o animal que diante do perigo, da surpresa, recolhe a cabeça para dentro de sua casca. Anula assim todos os seus sentidos para nada ver, nada sentir, nada ouvir, nada ameaçar.

Formar boas tartarugas parece ter sido o objetivo dos processos educacionais e de alguns dirigentes de empresas estaduais.

Precisamos assumir um compromisso conosco e com nossos filhos. Desenvolver o instinto da águia. Ela voa acima das montanhas, de-

sempre seus sentidos e habilidades para ultrapassar os perigos e obter novas conquistas.

Somos vítimas da ditadura militar, que conseguiu criar em muitos brasileiros uma geração tartaruga. Não temos, daí, coragem para contestar nossos dirigentes, para criar soluções alternativas mais adequadas. Quando ensinaremos aos nossos filhos que eles não precisam se esconder diante das ameaças, porque todos nós temos capacidade de alçar vôo às alturas, vencendo o perigo?

O que desejamos afinal, desenvolver em nós mesmos e nos jovens o instinto da tartaruga ou o espírito das águias?

Assembléia decidiu:

Sindicato só negocia com a diretoria

A CELESC possui uma estrutura de organização que pode ser facilmente visualizada se pensarmos numa pirâmide: no ápice fica o presidente, no meio o CRH (Conselho de Recursos Humanos) e na base as comissões mistas. Esse esquema foi montado pelo presidente, Norgert Wiest, com uma série de objetivos, o principal deles é neutralizar a organização sindical. Essa discussão mereceu destaque na Assembléia Geral da CELESC, dia 30.

Sem perceber, o celesquiano, além do seu trabalho normal, acaba por se empenhar para o aumento da produtividade, sem ser pago por isso. Fechado em discussões de pequenos grupos, as comissões acabam esquecendo os problemas do todo. E transmitem a falsa impressão de que o empregado realmente participa e pode decidir quando no final das contas fica claro sua função de anteparo, verdadeiro obstáculo.

Por tudo isso todos os celesquianos presentes, mais de 150, ergueram o braço para aprovar que de agora em diante o Sindicato só negocia com a diretoria. Essa proposta vai ser levada para a Intersindical.

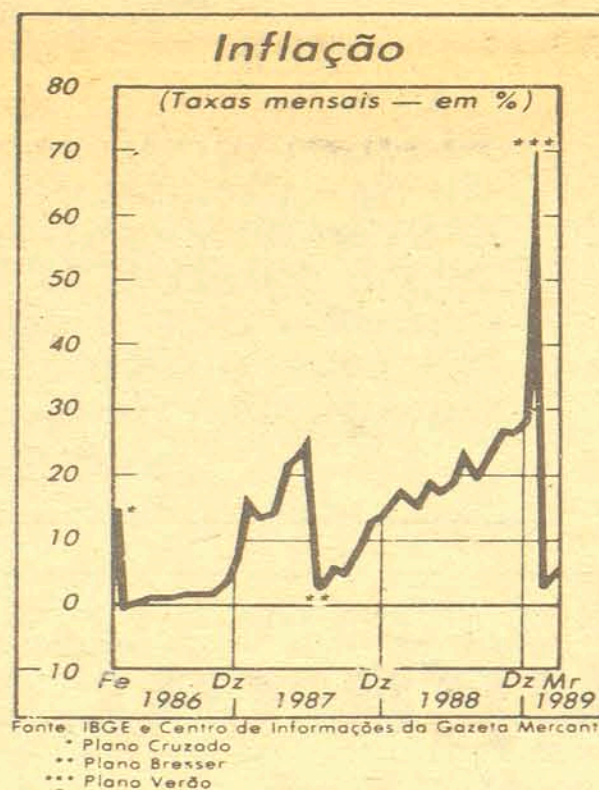
A inflação vai voltar? (ou será que nunca saiu?)

O governo divulgou a inflação de março: 6,09%. Todos os interlocutores do Governo são veementes em afirmar que estes números não representam uma ameaça. Mas será que as coisas são tão tranquilas assim?

As previsões oficiais (IBGE) indicavam uma inflação bem abaixo da que ocorreu. Segundo o órgão governamental a inflação deveria ter ficado entre 2,9 a 3,5%.

Este é o terceiro Plano do Governo Sarney. O primeiro levou 12 meses para que a inflação voltasse aos 20% mensal, o segundo plano precisou de apenas 4 meses para chegar aos 20%. E o Plano Verão, quanto tempo vai levar para restabelecer a inflação? (veja gráfico).

Outra observação, trágica mas necessária, é de que a cada plano a inflação voltou com mais força, em níveis surpreendentemente maiores. O Plano Cruzado resultou em



uma inflação de 26% ao mês. O Plano Bresser conseguiu índices espetaculares como 70% ao mês. E como será o "day after" do Plano Verão?

Isso tudo deixa claro que os interesses que têm movido os planos econômicos é que são espúrios e ilegítimos. Ilegítimos como o governo que os sustenta. Hoje uma coisa fica bem clara: não adianta mudar o plano, tem que mudar o autor do plano, ou seja, o governo.



Mensalidades:

Categoria quer o sindicato fortalecido

Na assembléia realizada na semana passada, os empregados da CELESC deram mais uma prova de consciência. A diretoria do Sindicato apresentou a proposta de retorno a mensalidade de 0,5% pois o aumento para 1%, aprovado anteriormente era para cobrir a liberação dos dirigentes sindicais que havia sido negada no dissídio. A proposta da diretoria foi apresentada devido ao fato de ter sido revertida a questão das liberações. Por apenas um voto contrário, a assembléia rejeitou a proposta da

diretoria do Sindicato: foi deliberada a manutenção dos 1% sobre o salário base, com a finalidade de fortalecer a entidade e preparar a companhia salarial.

O episódio mostrou que os celesquianos realmente têm o sindicato como um instrumento de luta, e que a categoria sabe que só com uma entidade forte, que mobilize os eletricitários, se pode chegar às vitórias desejadas por todos.

A assembléia da CELESC deu uma lição em um exemplo de consciência!

Professores já são vitoriosos. Bancários preparam outra greve

Os professores da Rede Estadual de Ensino já estão comemorando a vitória de seu movimento. A greve ainda não acabou, mas eles já conquistaram um reajuste de 25,06%, a incorporação de um reajuste anterior de 87% e a garantia de que vai haver um concurso público para o magistério.

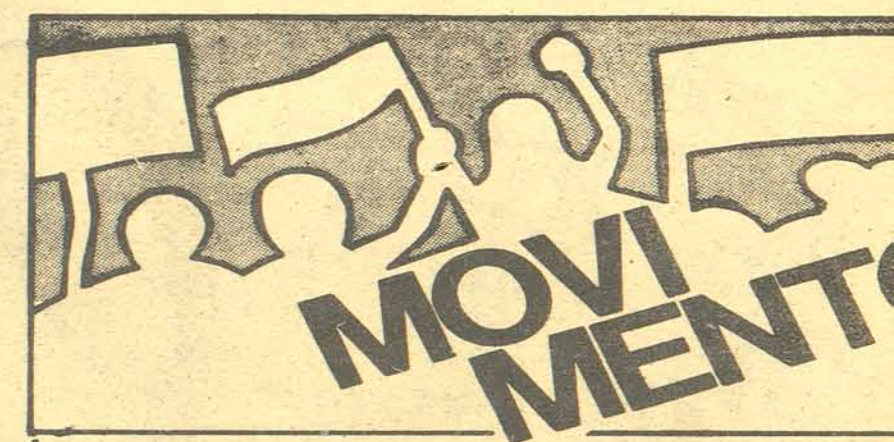
Para o comando do movimento a maior vitória foi mesmo a mobilização da categoria, que superou a manobra do governo que tentou descaracterizar a greve através da suspensão das aulas por dois dias. "O magistério resgatou a sua tradição de luta", comentou um membro do Comando de Mobilização.

Hoje, no entanto, os professores pretendem reconquistar as eleições diretas para diretores de escola. Um projeto neste sentido será votado hoje à tarde na

Assembléia Legislativa. Caravanas de todo o estado estão chegando para acompanhar a votação. No final da tarde será realizada uma assembléia estadual do magistério para avaliar o movimento e decidir sobre a sua continuidade ou não.

BANCÁRIOS EM LUTA

Cinco mil bancários de todo Brasil devem se deslocar nesta semana para o Encontro Nacional dos Bancários. Em Campinas eles vão discutir uma data unificada para a greve (já existe um indicativo para o dia 13 de abril) e a reposição das perdas salariais de setembro de 88 a novembro de 89. Dia 8 se reúnem os empregados dos bancos privados, do Banco do Brasil e da Caixa. Dia 9 é a vez dos bancos estaduais, que também vão discutir a questão da privatização.

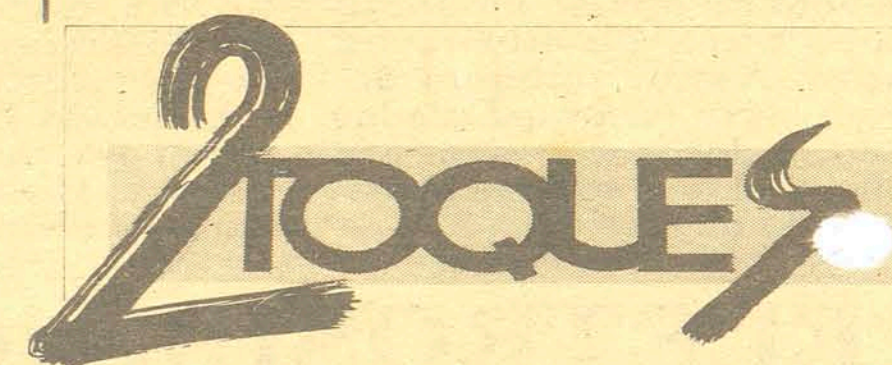


Atentado

Um atentado a bala quase matou o assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra da Região Norte I (Amazonas e Roraima). Quatro tiros foram disparados contra Antônio Eder John de Souza na quarta-feira passada, no centro de Manaus. O advogado está hospitalizado. O atentado ainda não foi esclarecido pela polícia. Os atentados contra lideranças rurais, como Chico Mendes, está virando prática sistemática...

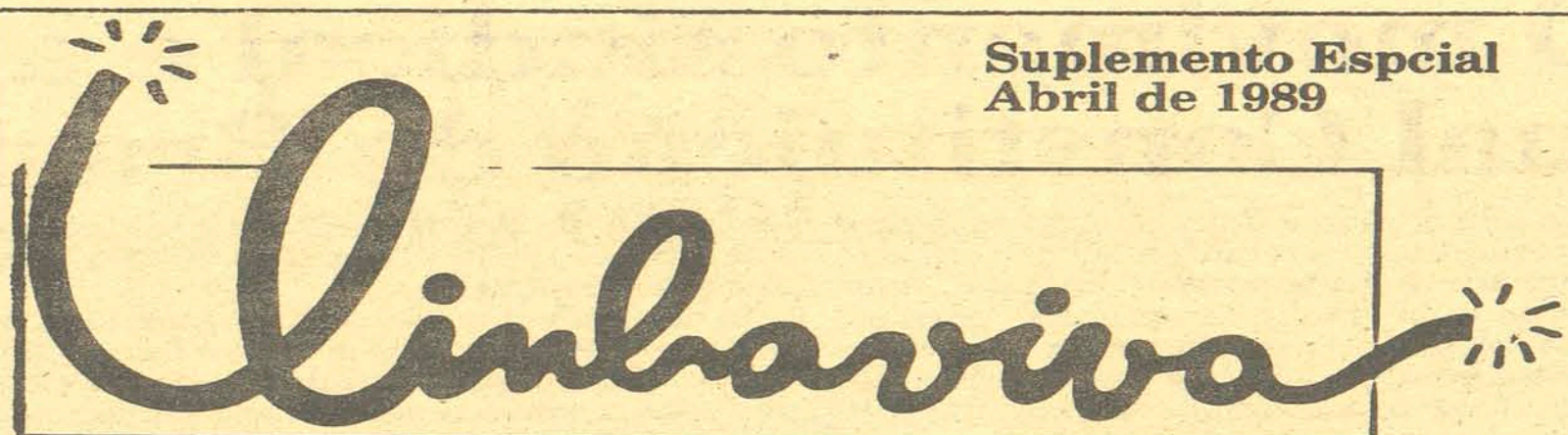
Eleição

Clima de eleição na Caixa Econômica Federal. A escolha da nova diretoria da APCEF está polarizada entre duas chapas. A "Reconstrução" conta com o apoio das gerências através da Associação de Gerentes; a "Novo Tempo", que é situação, pela sua postura de combatividade está merecendo apoio do movimento sindical combativo. A eleição será no próximo dia 12 de abril.



A sistemática dos cálculos do DIEESE impede que em todas as semanas se traga dados atualizados. Por isso, os **INDICADORES DO DIEESE** deixarão de aparecer em todos os números do **LINHA VIVA**. Para substituir traremos **DOIS TOQUES**, duas notas sobre coisas de destaque que acontecem pelo Brasil afora.

O Ministro do Interior, João Alvez, quer colocar os índios do Xingú num hotel cinco estrelas. Segundo eles seria muito mais barato sustentar os silvícolas na maior mordomia do que suspender a construção da usina de Kararaô. Segundo o Ministro, parar uma obra por causa dos índios tem muito de hipocrisia. De direitos humanos, ecologia e antropologia ele não falou...



Este suplemento especial do LINHA VIVA traz um subsídio para a discussão sobre a estrutura sindical brasileira e as centrais sindicais. O material foi elaborado pela Secretaria de Formação do Sindicato e pretende ser um estímulo ao debate sobre este tema que será objeto de debate em assembléia brevemente. A discussão destes temas é uma tarefa necessária para que o Movimento Sindical supere as suas limitações organizativas e faça a luta dos trabalhadores avançar... até a vitória!

Sindicato e Sindicalismo no Brasil: Uma história de lutas

Desde o início do capitalismo, os trabalhadores vem lutando contra a exploração burguesa, tendo como objetivo imediato a conquista de melhores condições de vida e salários justos. Nesse processo de confronto entre classes, os trabalhadores acumulam experiências e ensinamentos que aplicam no seu cotidiano, tanto na busca de seus objetivos imediatos, quanto na luta por seu objetivo estratégico: a tomada do poder político.

A história do sindicalismo brasileiro é, na essência, a própria história da luta da classe trabalhadora no país.

Eletricistas, bancários, funcionários públicos municipais, estaduais e federais, petroleiros, metalúrgicos, todas estas categorias estão ou estiveram em processo de luta. E todas tem características comuns: a luta por melhores condições de vida e contra a exploração.



A experiência dos eletricitários

No período da Ditadura Militar, assim como os demais, o sindicato dos eletricitários se caracterizava como entidade assistencial, prestando serviços médicos, odontológicos e material escolar. Era um apêndice da Previdência Social, não era uma entidade de luta. Esta situação mudou nos últimos anos, com o Sindicato assumindo seu verdadeiro papel, órgão de luta de todos os eletricitários. Mas a realidade demonstrou que sozinha a entidade estaria muito limitada na capacidade de encaminhar as lutas, dada a enorme capacidade de pressão das diretorias das empresas. Foram criadas as intersindicais BASE CELESC e BASE ELETROSUL.

No entanto, pela exigência das lutas, percebendo que várias questões atingiam os eletricitários à nível nacional, foi criada a Articulação Nacional dos Eletricitários buscando unificar as lutas do setor.

Outras formas de organização seguiram-se: Forum Nacional e Estadual dos Empregados de Estatais e os Encontros Nacionais de Urbanitários.

A última greve da ELETROSUL (nov. dez/88) comprovou um princípio que é comum à experiência do movimento sindical no mundo inteiro. Este princípio nos dá conta de que, apesar de existirem reivindicações específicas de cada categoria, as questões de fundo são comuns a todos os trabalhadores, pois são fruto de uma política produzida pelas classes dominantes, grandes banqueiros, grandes industriais, gran-

des comerciantes e latifundiários e que é aplicada de forma unificada sobre os trabalhadores. Assim, a luta na ELETROSUL exigiu e só pôde ter um desfecho favorável aos empregados, graças ao engajamento e solidariedade dos sindicatos do país inteiro e em particular da CUT.

Esta experiência demonstrou que uma sociedade complexa como a que vivemos, para os trabalhadores terem a possibilidade de exercer e avançar suas conquistas, é necessário uma forma de organização superior, onde todos os trabalhadores estejam articulados organicamente visando a defesa dos interesses gerais de todos os trabalhadores.

Uma forma de organização que além de encaminhar as lutas gerais, facilite a obtenção de reivindicações específicas de cada categoria, através da solidariedade ativa das demais entidades. Esta forma de organização é a Central Sindical, onde todos os sindicatos se filiam, sendo criados departamentos encarregados de setores tais como: estatais, metalúrgicos, etc...

Durante todo esse período de luta, avançamos bastante em nossa capacidade de organização. No entanto, a classe patronal também soube aprimorar seu aparato organizativo, impondo maiores dificuldades ao nosso processo de luta. A partir de experiência acumulada nesses mais de 80 anos de sindicalismo no Brasil, devemos agora elaborar novas formas de organização e táticas de luta, que nos permitam avançar na busca dos objetivos imediatos e históricos de toda a classe trabalhadora.

As Centrais Sindicais no Mundo

A história tem demonstrado que a luta por melhores condições de vida e trabalho não é uma necessidade sentida apenas por trabalhadores de determinados países, mas um desafio mundial.

Dos Secretariados Profissionais Internacionais — primeira forma de organização internacional dos trabalhadores — à formação de grandes Centrais Mundiais, esse desafio vem sendo perseguido até hoje, sempre no sentido de unificar trabalhadores de diversos países numa só luta por um objetivo comum.

A origem das Centrais Mundiais está diretamente ligada a essa trajetória de lutas. Atualmente elas são em número de três. Veja quais são, o que defendem e que tipo de relação mantêm com as centrais nacionais.

CMT

Foi criada em 1964, sob a denominação de Confederação Mundial dos Trabalhadores Cristãos (CMT). Em 1968 porém retira a referência cristã do nome, passando a ser apenas CMT. Existe em 80 países e sua atuação está voltada, sobretudo, para as economias dependentes do Terceiro Mundo.

Suas organizações regionais são a CLAT — Central Latino Americana dos Trabalhadores, com 2 milhões de filiados, e a BATU — Fraternidade dos Sindicatos da Ásia.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

Lutar pela autonomia sindical e, a partir do humanismo cristão, criar uma nova sociedade onde não haja exploração do homem pelo homem. Em seu novo programa, a CMT refuta o sistema capitalista, posicionando-se pela socialização dos meios de produção e pela planificação democrática da economia sob controle dos trabalhadores.

CIOSL

Com sede em Bruxelas, capital da Bélgica, congrega aproximadamente 62 milhões de trabalhadores, segundo dados da própria CIOSL — Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres. Existe em 88 países e tem 124 organizações sindicais, como a ORIT — Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores; ORA — Organização Regio-

nal Asiática e ORAF — Organização Regional Africana.

A CIOSL tem pouca influência nos países capitalistas dependentes, dirigindo sua ação, sobretudo, para países altamente industrializados, que agrupam dois terços de seus membros.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

Apoiar a criação de sindicatos livres, apoiar os povos vítimas de guerras e dominações, lutar pelo maior desenvolvimento econômico-social e cultural dos vários países e pela garantia e defesa da democracia no mundo.

Ao condenar os regimes totalitários, a CIOSL pretende, na realidade, esconder sua política anti-comunista comprometida com o capitalismo internacional. O significado dado pela CIOSL ao termo "sindicalismo livre" nada tem a ver com a luta das oposições sindicais no Brasil, que defendem um sindicato livre das influências patronais e do controle do Estado.

FSM

Com sede em Praga, na Tchecoslováquia, reúne cerca de 190 milhões de trabalhadores, segundo dados da própria FSM — Federação Sindical Mundial. Existe em 73 países, tem 107 organizações sindicais filiadas, possui alguns organismos regionais, e apesar de manter uma estrutura mais centralizada procura estabelecer influência sobre outras centrais.

A FSM é amplamente dominada pelas centrais sindicais vinculadas aos países do bloco soviético. Isto a torna um instrumento da política externa da URSS. Em alguns momentos, a FSM adotou posições próprias, como no caso da condenação da invasão da Tchecoslováquia pelas forças do pacto de Varsóvia, em 1968, mas foi punida por isso.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

Organizar e unir todos os trabalhadores do mundo, especialmente dos países menos desenvolvidos, lutar contra qualquer forma fascista de governo e combater a guerra. Na prática, porém, esses objetivos dependem dos interesses concretos da política soviética. Exemplo disso foi a expulsão dos sindicatos da Iugoslávia em 1950, por causa de divergências entre o presidente Iugoslavo, Joseph Tito, e a URSS.

Os pilares da estrutura sindical brasileira

Até a década de 30, os sindicatos no Brasil eram constituídos unicamente segundo a vontade dos trabalhadores. A partir daí, culminando com a promulgação da CLT, os sindicatos perderam sua liberdade e autonomia, passando a ser subordinados ao Estado. A estrutura sindical então montada pelo governo de Getúlio Vargas era baseada na Carta del Lavoro, a legislação trabalhista da Itália, na época do fascismo, quando Mussolini estava no poder. Apesar das alterações contidas na atual constituição, esse tipo de estrutura sindical continua, na sua essência, intacto até hoje.

As suas principais características são:

a) **Atrrelamento ao Estado:** através da subordinação do sindicato ao Ministério do Trabalho, que, financeiramente, o controla através do imposto sindical, normatizando e fiscalizando sua aplicação e, politicamente, por meio da padronização dos estatutos e do direito de intervenção, pelo Ministério do Trabalho, nos sindicatos, inclusive cassando o mandato de seus dirigentes.

Uma das peças fundamentais desse atrrelamento é o imposto sindical, também chamado contribuição sindical, que se constitui numa anuidade a ser paga obrigatoriamente por todos os trabalhadores, sejam ou não sindicalizados. O imposto corresponde, na maioria dos casos, a um dia de trabalho e sua cobrança é efetuada mediante desconto em folha de pagamento.

Desta contribuição, 60% fica com o sindicato, 15% vai para a federação, 5% para a confederação — no nosso caso, a Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito), com sede suntuosa na capital federal — e 20% vai para “Conta Especial Emprego e Salário”, administrada pelo Ministério do Trabalho e que na verdade se constitui em mais um imposto recolhido pelo governo. O imposto sindical é um dos meios mais eficientes de atrrelamento dos sindicatos ao Estado, que desta maneira legisla e fiscaliza a aplicação destas verbas em atividades não vinculadas às lutas dos trabalhadores, como assistencialismo e colônias de férias.

Como a contribuição é obrigatória, ela atenta contra o direito dos trabalhadores dispor de seu salário como melhor lhes convier, e fornece à diretoria do sindicato a verba necessária à manutenção do assistencialismo, da burocracia sindical e das mordomias, propiciando a corrupção e levando os dirigentes ao imobilismo, à passividade ante os patrões e à dependência ao Estado.

b) **Corporativismo:** a legislação possibilita e estimula a formação do maior número de sindicatos dentro de uma mesma categoria. Assim, dentro de empresas bancárias, além do sindicato dos bancários, que engloba todos os empregados, podem existir, ainda, os sindicatos de engenheiros, economistas, administradores, secretárias, motoristas, etc.

O objetivo é dividir, enfraquecendo a categoria e estimulando o individualismo, de modo que o empregado perca a visão do conjunto, passando a fazer reivindicações relacionadas unicamente com a sua atividade específica. Todos sabem que é muito mais provável obter conquistas se estivermos unidos em torno de uma proposta que contemple os interesses de todos os empregados, do que separados, com cada setor da empresa querendo ver resolvido apenas o seu problema particular.

c) **Verticalismo:** essa estrutura impede que os trabalhadores se articulem para lutar pelas reivindicações que são comuns a todos. Assim, os sindicatos podem constituir federações e confederações restritas às suas categorias, numa forma vertical sem nenhuma relação no mesmo nível, ou seja, horizontal, com as demais categorias.

Os dirigentes das federações são eleitos por delegados representantes (um por sindicato) e os dirigentes das confederações também, sendo um por federação. Dessa forma, não há nenhuma participação da base das categorias na escolha dos dirigentes das federações/confederações, ficando estas entidades completamente afastadas dos trabalhadores, sem legitimidade e representatividade.

O sindicato dos Bancários de Florianópolis é filiado à Federação dos Bancários de Santa Catarina e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito. Temos assembleia geral marcada para o dia 30 de novembro para decidir se continuamos ou não filiados a estas entidades.

d) **Assistencialismo:** coloca o sindicato como verdadeiro apêndice do Inamps, prestando assistência médica e odontológica, dando descontos em remédios e barbearias. Com isso busca descaracterizar o sindicato como órgão de luta, deixando sob sua responsabilidade, funções que são de obrigação do Estado (governo) e das empresas, como assistência médica, ensino, etc.

Em Assembleia realizada dia 15/12/87, foi decidido pôr fim ao assistencialismo Sindicato dos Eletricitários de Fpolis.

O movimento sindical e a atual Constituição do Brasil

Como já afirmamos, a Constituição da República, recentemente promulgada, não garantiu **Liberdade e Autonomia Sindical**, mas tão somente uma “maior autonomia” para os sindicatos. No fundo, isso não passa da velha tática de mudar algo para que tudo permaneça como está. Esta mudança parcial não atingiu o âmago da questão que, na verdade, é o pilar de sustentação da estrutura sindical fascista: o imposto sindical.

Mantendo o imposto, a atual constituição assegura também, por consequência, o sindicalismo único por lei, o assistencialismo e um sindicalismo sem base real nas indústrias, bancos, empresas, etc. De qualquer forma, vale ressaltar as conquistas dos trabalhadores na atual constituição, porque, ainda que parciais, servirão como base para novas conquistas que sejam plenamente favoráveis à classe trabalhadora. Esses são os principais direitos contidos na atual constituição:

a) os sindicatos terão direito de elaborar livremente seus estatutos (o Sindicato dos Bancários de Fpolis já está preparando projeto para um novo estatuto, a fim de discutir sua aprovação pela categoria), eleger seus representantes, organizar seus programas de ação

e suas atividades, devendo a autoridade pública abster-se de qualquer intervenção que prejudique este direito;

b) os sindicatos não estarão sujeitos à dissolução nem à suspensão por via administrativa;

c) os funcionários públicos poderão formar sindicatos, sendo, entretanto, vedado esse direito às Forças Armadas e à polícia. (A Convenção 151 da OIT, da qual o Brasil é signatário, e que da mesma forma que a Convenção 87 não foi ratificada pelo Congresso Nacional, estende também a este segmento da classe trabalhadora o livre direito à organização sindical).

d) fica assegurado o direito de greve, “competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”. Em seguida, porém, a Constituição estabelece que a legislação complementar definirá os “serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade”.

e) Ao garantir a livre associação e criação dos sindicatos, a atual Constituição garante também a criação de Centrais Sindicais.



As Centrais Sindicais

Hoje, existem no Brasil três Centrais Sindicais: CUT — Central Única dos Trabalhadores, CGT — Central Geral dos Trabalhadores e USI — União Sindical Independente.

A USI é uma central sem legitimidade junto aos trabalhadores, pois desconhecida em virtude de sua omissão na luta sindical do país. Em resumo, uma central pró-patronal.

CUT e CGT, por outro lado, surgiram no bojo das grandes mobilizações populares contra o regime militar, quando a luta sindical voltou a ter peso e voz no cenário político nacional com as greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978, e diversas mobilizações contra a política econômica do governo que, subordinada ao controle do FMI e dos banqueiros internacionais, confiscava salários, reduzia os gastos na área pública e aumentava os impostos.

O agravamento da recessão, com a crise econômica de 1981, tornava clara a necessidade da criação de um instrumento capaz de unificar as lutas dos trabalhadores e se contrapor de forma global aos interesses dos grandes grupos econômicos que dominavam, e dominam, a economia do país. Tornava-se necessário, à exemplo do que deliberaram os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em seu III Congresso (1978), a criação de uma Central Única dos Trabalhadores, para elevar o nível de consciência, organização e mobilização da classe trabalhadora.

Diversos setores do movimento sindical, notadamente o novo sindicalismo do ABC, encaminharam a realização do I CONCLAT — Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em Praia Grande (SP), nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981, onde o centro dos debates foi a constituição de uma central sindical que unificasse todas as lutas. Nesta Conferência foi eleita uma comissão nacional encarregada de por em prática o Plano de Lutas e encaminhar a realização do I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora.

Em 1983, nos dias 26, 27 e 28 de agosto é realizado o I CONCLAT, em São Bernardo do Campo, com a participação de 5.059 delegados do campo e da cidade que deliberaram pela criação da CUT — Central Única dos Trabalhadores. Uma Central Nacional, unificadora das lutas, democrática, classista, livre e autônoma da estrutura sindical oficial, enraizada nas lutas cotidianas dos trabalhadores contra a burguesia, o governo e todas as formas de dominação e exploração.

Setores pelegos e reformistas do movimento sindical, às vésperas do I CONCLAT, promo-

veram uma reunião com várias Federações e Confederações, dividindo o movimento e convocando um outro Congresso para novembro do mesmo ano, em Praia Grande, onde seria fundada uma Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que 3 anos depois se transformou em CGT — Central Geral dos Trabalhadores.

A CUT, que surgiu com o objetivo expresso de conduzir uma política de enfrentamento com os empresários e com o governo, em resposta à crise e à falta de liberdade de organização autônoma e independente, realizou em setembro de 88, o seu III Congresso Nacional, completando 5 anos de luta pela conquista dos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores.

As diferentes visões dentro do movimento sindical de como encaminhar a criação de Central resultaram portanto, na constituição das duas principais centrais sindicais brasileiras, CUT e CGT.

O QUE DEFENDEM AS CENTRAIS

A CUT entende que a filiação das entidades deve ser decidida em Assembleia Geral, enquanto a CGT não discute na base o processo de filiação.

A CUT define-se claramente por uma sociedade socialista. A CGT deseja uma sociedade mais justa e soberana.

A CUT sempre tem se posicionado contra a política econômica do governo, especialmente contra o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão. A CGT apoiou a Nova República e o Plano Cruzado.

A CUT se posiciona pelo não pagamento da dívida externa, enquanto a CGT defende a suspensão e a realização de uma auditoria.

A CUT defende a liberdade e autonomia sindical e também a aprovação da Convenção 87 da OIT, entendendo que a unicidade deva ser defendida, mas definida pelos trabalhadores e não pelo Estado. Já a CGT defende a liberdade e autonomia sindical, mas é contra a aprovação da Convenção 87, defendendo a unicidade sindical definida por lei.

A CUT é contra o pacto social, que está sendo articulado entre os empresários da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e CNI (Confederação Nacional da Indústria) com os falsos representantes dos trabalhadores, Luiz Antônio Medeiros e Rogério Magri.

A CGT tem assumido uma posição, ora apoiando, ora negando sua participação nos Fóruns propostos pelo governo.

A convenção 87 da OIT

Em 29 de agosto de 1984, a Câmara dos Deputados do Brasil aprovou projeto por decreto legislativo referente à ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre “Liberdade sindical e proteção ao direito de sindicalização”. Esta aprovação só aconteceu 34 anos após a entrada em vigor da Convenção 87 e 36 anos depois de sua adoção pela Organização Internacional do Trabalho, em 1948. Cabe, agora, ao Senado Federal pronunciar-se sobre a ratificação. Se o projeto for aprovado pelo Senado, a Convenção passará ter valor de uma lei do país, não sendo necessária a sanção do Presidente da República, uma vez que o artigo 49 da atual Constituição confere ao Congresso o poder executivo de resolver de modo definitivo sobre tratados, convenções e atos internacionais que “acarretem encargos ou compromissos ao patrimônio nacional”.

Cabe ao presidente promulgar o ato de aprovação e tomar as providências necessárias para o depósito da ratificação na OIT. Uma vez ratificada a Convenção, ela será incorporada

ao direito interno, sem necessidade de legislação suplementar.

Esta mesma Convenção já foi ratificada por 97 países. É importante ressaltar que segundo os regulamentos da OIT, a ratificação só pode ser efetuada no seu conjunto, sem ressalvas ou supressões.

A afirmação que a Convenção 87 estabelece a pluralidade sindical não é verdadeira. Na realidade, ela não estabelece nem a pluralidade nem a unicidade (uma só entidade por base territorial e por categoria) mas simplesmente a **liberdade de organização sindical**.

A Assembleia Nacional Constituinte, ao invés de ratificar na íntegra a Convenção 87, como era desejo do setor autêntico do movimento sindical, preferiu legislar em separado, garantindo sim alguns avanços, mas não a total liberdade de organização almejada.

A atual Constituição mantém ainda parte da legislação prevista na CLT e, principalmente, não acaba com o famigerado imposto sindical, mais conhecido como “alegria do pelego”.